

Humanismo, massificação e turismo exclusivo*

Luís Paulo Saldanha Martins

O turismo suscita hoje, em Portugal, vários tipos de interesse — dos *mass media*, em especial por altura das campanhas de lançamento das épocas estivais e de férias; dos académicos; dos técnicos; dos empresários; dos poderes local e central; das mais diversas associações, que se batem pelos mais apaixonantes ideais — tornando-o um tema em particular destaque, destinado a suscitar discussões inflamadas, substantivas e conclusivas, ou não.

São várias as razões que sustentam estes fundados interesses. Antes de mais, as actividades ligadas ao lazer e ao turismo constituem, apesar e através da «crise», um conjunto mais resistente do que outros também com significado nas exportações nacionais; depois, porque o aumento da capacidade económica em estratos sociais médios e altos, a par da indução de novos comportamentos, nomeadamente de natureza espacial, habilita e / ou reabilita algumas clientelas, nomeadamente a de origem nacional; também, porque se torna fundamental determinar com a maior exactidão a importância das acções suscitadas pelo turismo enquanto elementos de ordenamento do território; finalmente, porque se tem registado um maior protagonismo da tutela governamental, nomeadamente com a campanha de lançamento de uma nova imagem que enquadre todas as acções promocionais do turismo nacional.

Mas, se a importância atribuível ao turismo foi crescendo à medida que se foram exaurindo os conteúdos das propostas mais comuns das estratégias de intervenção territorial, a procura de novas soluções contribuiu para conferir ao turismo um papel de maior relevância enquanto

O texto, nas suas linhas fundamentais, resulta de um intervenção efectuada durante um encontro promovido por altura do lançamento da revista *INFORGEO* da Associação Portuguesa de Geógrafos, em Fevereiro de 1994, subordinada ao tema «Geografia do Turismo».

vector estruturante do desenvolvimento regional, enquanto componente basilar do ordenamento e, fundamentalmente, enquanto elemento motivador de novas funcionalidades, susceptíveis de desencadear acções de revitalização e requalificação de algumas áreas em desarticulação. Ou seja, os espaços rurais, como também os aglomerados urbanos ou o litoral, poderão encontrar no turismo um importante contributo para o desenvolvimento, facto que desempenhando uma acção particularmente decisiva em espaços mais periféricos, não deixará de contribuir para o reforço da centralidade urbana, constituindo-se em motor de novas centralidades, no que respeita às superfícies de lazer construídas ou a construir, onde se incluem os parques temáticos.

Ainda que, com frequência, seja afirmada a incapacidade do turismo funcionar como único ou derradeiro vector do desenvolvimento, aparece a adornar discursos enfáticos, sendo apontado, tantas vezes, como uma solução milagreira e menos como uma solução ajustada às reais potencialidades dos territórios e às expectativas das populações.

Para além do exposto, a volatilidade do mercado turístico permite constantemente alimentar a ideia de uma retoma rápida e ansiada, mas de contorno ou de dimensão imprevisível e insuspeitada, facto que permite manter o turismo num estado letárgico, potencialmente reconstituente, que assegure uma resposta pronta e eficaz perante sintomas de melhoria da conjuntura económica ou de afirmação de confiança dos agentes e dos destinatários do turismo.

Constitui, por isso, um lugar comum afirmar o interesse crescente dos geógrafos pelos temas ligados ao lazer e ao turismo, o que decorre sem dúvida das renovadas dimensões do fenómeno e das suas implicações de natureza territorial. Mas este interesse poderá decorrer, também, e sobretudo, da ocorrência na Geografia e entre os geógrafos, de algumas mudanças significativas que estão patentes tanto na flexibilização das temáticas e das metodologias, como na reavaliação de perspectivas paradigmáticas das abordagens.

Uma crise de crescimento

A primeira mudança terá resultado do crescimento da geografia portuguesa tanto pelo aumento do número de geógrafos em instituições de ensino superior — em cursos de Geografia, inseridos em departamentos ou ministrando disciplinas *isoladas* —, como nos ensinamentos básico e secundário ou da crescente presença dos geógrafos em instituições públicas ou privadas a desempenhar actividade técnica, em exclusividade ou acumulação de funções. Esse aumento não teve, no entanto, consequências directas num aumento correlativo do protagonismo dos geógrafos enquanto agrupamento científico-profissional, ainda que a título individual se distingam algumas honrosas excepções.

Daqui decorre um estranho, ainda que compreensível e mesmo esperado, medo à marginalização que se regista tanto num plano externo como num plano interno, e constitui um testemunho expressivo da necessidade de reconhecimento entre pares ou na sociedade, como vector único de «existência» do esforço de investigação. Na ligação com o exterior, verifica-se na relação com outras ciências e, também, na relação com a sociedade, nomeadamente com o poder político, pela necessidade de aceitação como ciência e pela procura da aceitação das vertentes utilitárias, tentando ultrapassar a dimensão restritiva da vocação quase exclusiva para o ensino. Internamente, tem como resultado mais visível alguma intolerância paradigmática e metodológica, que muitas vezes confundiu a qualidade da investigação produzida com os alinhamentos e as filiações de natureza científica. Acresce ao medo à marginalização, sobretudo interna, o medo à banalidade e à chacota, tão característico da relação, ou da ausência dela, entre os centros e as periferias, entre a capital e a «província», entre as atitudes áulicas e as atitudes boçais.

Parte destes acontecimentos justificam-se porque a crise de crescimento aconteceu a par com a penetração de abordagens novas na geografia portuguesa e com as agitação e clarificação posteriores ao 25 de Abril. Por isso, na geografia portuguesa a «análise espacial» em amálgama com as correntes «neomarxistas», acabaram por personificar o revolucionário e a geografia «historicista», dita clássica, a reacção conservadora. Como sintoma das mudanças rápidas que foram tendo lugar as novas correntes de pensamento — porventura também com a legitimidade que lhe advém da justeza e força dos argumentos — depressa tomaram preponderância sobre outras que caíram em desuso.

A rígida definição de um quadro metodológico e conceptual, vantajadamente desenvolvido e estruturado com minúcia, onde as próprias temáticas estavam balizadas entre referenciais estabelecidos e aceites, contribuiu para a sua rápida e ampla difusão e implantação. Os excessos de formalismo, acabaram por se mostrar um espartilho ao apontar sem hesitações as abordagens e as temáticas a implementar, caminhando-se internamente de forma inevitável para o extremar de posições em torno de alguns excessos, acabando por vezes a aplicação de determinadas técnicas em alguns estudos, por se constituir num fim em si mesmo, tal como antes a Geografia Regional tinha acantonado discussões em torno da figura estática e redutora da *fronteira*.

Apenas quando é atenuado o espartilho teórico-metodológico e quando as temáticas podem avançar para outros domínios, se torna possível e/ou conveniente enveredar por abordagens menos «tradicionais», ainda que o sentido dominante seja o das lógicas da racionalização, da integração, da internacionalização ou da mundialização dos fenómenos. Na interligação entre o crescimento rápido e o medo à exclusão, na procura da cientificidade e da modernidade, os novos temas, ou a sua novidade,

amiúde se constituíram em moda, funcionando como uma tábua de salvação para investigadores-geógrafos na esteira do reconhecimento e do sucesso.

Geografia e humanismo

Foi neste contexto que tentei inserir as linhas orientadoras para o trabalho de investigação desenvolvido no domínio do Lazer e do Turismo, tendo a noção de que se trata de uma fase caracterizada por alguma indecisão nas orientações do paradigma dominante, no que diz respeito às ciências sociais e humanas, manifestando-se na Geografia através da pulverização das temáticas e através da extrema facilidade com que são seguidas novas perspectivas. De entre as várias tentações paradigmáticas parecem sobressair as de natureza humanista, embora essa ascensão seja susceptível de desencadear algumas tensões sobretudo com perspectivas de matriz tecnocrática. Parece também evidente que, nesta fase de evolução científica, a Geografia deverá estar particularmente interessada em conservar em plena vitalidade o paradigma anterior na medida em que alicerça toda a capacidade de intervenção técnica dos geógrafos, permitindo constituir-se num exemplo acabado de convivência paradigmática.

Duma maneira geral, a ascensão do humanismo parece estar em sintonia com o avanço do Estado Liberal, o paraíso da tecnocracia, que foi tomando o lugar do Estado Providência, podendo constituir na essência uma evolução «natural». Mas, o humanismo, poderá antes constituir uma reacção, na medida em que encerre formas de resistência ao avanço tecnocrático de raiz neopositivista, tornando-se num visível quadro de referência, numa altura em que as ciências sociais e humanas tentam, com afinco, encontrar utilidade e/ou finalidade nas problemáticas que tratam ou nas soluções que formulam. Nessa medida, a reacção do humanismo aos desmandos do liberalismo, pressupõe que a sua emergência possa contrariar o avanço dum utilitarismo maximalista onde os princípios de natureza económica e crescimentista tem a maior, senão a única, expressão.

De qualquer forma, saber se o humanismo resulta de uma reacção à tecnocracia ou se será antes uma consequência de evolução «natural» da «paz» liberal, parece constituir um dos fulcros de discussão.

Admitindo-se que o aumento do interesse pelos aspectos de natureza cultural¹, enquanto componentes de valorização do homem, resulta de uma continuidade no processo de evolução do «estado capitalista», ou seja, a comercialização e o lucro com a venda dos bens e serviços de natureza «cultural» constitui a evolução mais recente da sociedade de consumo, então

A exemplo daquilo que é afirmado por David HARVEY — *Between space and time: reflections on the geographical imagination*, «Armais of the Association of American Geographers», n.º 80 (3), 1990, pp. 418-434.

constituirá sem dúvida uma consequência. Nesse sentido, o humanismo, enforma a parte dos princípios que motivam o interesse pelas questões de natureza «cultural» e alimenta o ressurgimento de posições mais conservadoras, facto que se torna particularmente sensível numa vertente política na medida em que os «estados socialistas» foram sucessivamente desarticulados.

No caso português, ainda que o humanismo tenha adquirido maior evidência com as recentes políticas de raiz liberal, poderá constituir uma mera coincidência que não deverá ser confundida com possíveis revivalismos, ou com atitudes sociais, económicas ou políticas mais conservadoras, ainda que dessa ascensão em paralelo possa retirar dividendos. No entanto, parece evidente que se existem geógrafos, e Geografia, ao *serviço* do estado liberal, são prioritariamente aqueles portadores de competência técnica e menos aqueles que enquadram as suas intervenções segundo perspectivas humanistas.

Lembre-se que, do mesmo modo, a análise espacial surgiu entre nós na transição entre os anos 60 e 70, ainda que tenha sido depois de 1974 quando adquiriu uma maior projecção, sendo assim, inevitavelmente associada a posições políticas de esquerda.

Admitindo-se agora que, o humanismo, constitui uma reacção, diversos aspectos são susceptíveis de contribuir para a motivar. Antes de mais, parece evidente que a importância atribuída às componentes espaciais foi orientada por princípios caracterizados por uma certa rigidez, promovendo o homem económico em detrimento de outras vertentes susceptíveis de condicionar igualmente as opções nas tomadas de decisão. Esta poderá constituir uma razão de monta na medida em que, ao conferir-se uma maior importância a outras componentes na formação da decisão para além da de natureza económica, são lançadas novas pistas na procura de comportamentos mais ajustados à complexidade do real.

O humanismo poderá, também, surgir como reacção na medida em que se assiste ao reduzir das tradicionais solidariedades de grupos com fortes laços de coesão interna, o que decorre do aumento da competitividade no quotidiano.

A reacção humanista que se manifesta entre os geógrafos, parece justificada por duas outras ordens de razões: por um lado, alguma desaceleração na capacidade de evoluir cientificamente na explicação do real, a par da ineficácia de muitas das acções implementadas; por outro, o posicionamento de pretendentes à herança humanista da escola clássica de matriz vidaliana.

Os trabalhos desenvolvidos por geógrafos, nomeadamente ligados às intervenções no ordenamento do território ou, duma maneira geral, aqueles que permitem conferir uma particular importância às concentrações e à noção de centro, como expressão do significado da distância enquanto

desincentivo às deslocações tendo como finalidade a aquisição de bens ou serviços, ou, duma maneira geral, a tradução do espaço em tempo, reforçando a cronometragem do quotidiano, permitiram implementar acções prescritivas que concederam aos geógrafos, a par de outros técnicos, um estatuto de algum destaque. Como resultante de alguma eficácia da geografia no contributo ao reconhecimento e à resolução dos problemas do quotidiano, foi ganhando forma, pelo menos na aparência, uma certa mentalidade tecnocrática na medida em que esta componente foi promovida no seio da Geografia. É, neste quadro, que acontece uma decisiva e importante participação, por exemplo, nos ciclos de infra-estruturas e de equipamentos públicos, nas comissões de coordenação regionais, gabinetes técnicos ou equipas de planeamento. Mas, equacionadas as necessidades básicas, resta por tratar um conjunto vasto de problemas, enquanto se torna evidente, entre nós, a justeza da crítica de raiz neomarxista quando se afirma que os princípios, as técnicas e os geógrafos, porventura os mais «progressistas» no caso português, passaram a estar colocados ao serviço de um regime que se mostrou com o decorrer do tempo ineficaz na resolução dos problemas mais profundos, alguns dos quais ameaçam mesmo tornarem-se de natureza endémica, a exemplo da pobreza, das carências habitacionais ou do «esvaziamento» populacional do interior, enquanto outros se apresentam, no imediato, de resolução particularmente difícil, como o dos lixos e dos efluentes, domésticos e industriais, ou do abastecimento de água.

Do conjunto de alterações que tiveram lugar, por outro lado, resulta uma maior abertura e liberdade, também no campo da investigação, tanto da selecção de temas como de metodologias: afirmando-se ou reafirmando-se uma relação de empatia entre temas e investigadores, reforçando o papel de algumas componentes mais imaginativas; afirmando-se uma maior preocupação sobretudo com o homem, agente de fabricação do espaço, admitindo-se que possa estar sujeito aos princípios gerais, sem dúvida, mas também a condicionamentos de natureza conjuntural e local; afirmando-se ou reafirmando-se a dimensão histórica dos fenómenos, pela evolução dos processos e a acção diferenciada dos agentes que se encontram inseridos num encadeado de situações susceptíveis de permitir afirmar a importância do conhecimento das diferentes fases evolutivas na compreensão de realidade actual e na sua projecção em termos futuros, ou seja, quanto mais e melhor for conhecido o passado, mais capacidade teremos de acreditar existir um futuro e mais habilitados estaremos para definir linhas prospectivas.

Daí a importância atribuída, em sentido amplo, ao conhecimento e ao estudo do património incluindo o natural, o monumental e o humano. Os esforços de preservação de áreas com interesse «natural» ou/e paisagístico, os trabalhos de recuperação e de revitalização dos centros históricos dos aglomerados urbanos com uma evolução mais longa ou de edifícios com

interesse arquitectónico, a exemplo dos solares ou dos conjuntos rústicos de algumas aldeias do interior, e as iniciativas de preservação da tradição cultural, tanto na organização social como laboral ou lúdica, constituem exemplos incorporados ao conhecimento do real.

O ponto extremo deste tipo de abordagem será constituído pela tentativa de encontrar a génese dos fenómenos e os efeitos da sua projecção em acontecimentos posteriores ou, no mínimo, conhecer a capacidade de intervenção dos agentes individuais ou colectivos no arranque e na evolução de alguns processos.

No que respeita ao turismo, entendido como uma vertente do lazer, o humanismo poderá condicionar as atitudes dos utentes perante as suas diferentes formas, ou seja influenciar, de forma global ou específica, as práticas associáveis ao turismo, bem como a opção por espaços diferenciados. Sendo, o humanismo, susceptível de influenciar a capacidade de decidir, para além do conjunto de variáveis de natureza mais economicista ou de outras componentes com valorizações diferenciadas, a capacidade de decisão do utente neste domínio pode ser induzida por aspectos imponderáveis que dão lugar a espaços de subjectividade e a formas de organização tendencialmente egocêntricas.

Nesse sentido, bastará pensar num número muito significativo de exemplos onde a subjectividade da preferência constitui o elemento fundamental de atracção, como acontece em restaurantes, em *pubs* ou em discotecas (nomeadamente os estabelecimentos localizados em áreas não especializadas), ou ainda, porventura com maior expressividade, o facto de a distância a percorrer poder constituir-se num incentivo, a exemplo de alguns destinos ditos exóticos, contrariando a tendência mais comum de utilização do conceito de distância. A esta perspectiva poderá, também, ser imputada a justificação para o facto de que, na procura do bem-estar, o homem, ainda que encontre os indicadores de conforto mais elevados, como correntemente é assumido, nas áreas urbanizadas, alimentando um processo centrípeto, poderá valorizar preferencialmente algumas das componentes do bem-estar, algumas de dominante qualitativa, proporcionadas em certas áreas periféricas e que potenciam um processo centrífugo.

Como vertente de discussão, daqui emerge a oposição entre espaços de turismo massificado e espaços de turismo pessoalizado ou exclusivo, residindo a diferenciação no facto de os primeiros suportarem grandes contingentes de visitantes em áreas caracterizáveis pela concentração, enquanto os segundos constituem, com frequência, espaços de privacidade e intimidade caracterizados por formas de ocupação difusa.

Turismo de massas e turismo exclusivo

A valorização do homem tanto na qualidade de hospedeiro como de hospedado, assim como a valorização dos espaços que servem de suporte ao turismo, passa necessariamente pela promoção do excepcional em contraposição à descaracterização uniformizadora da massificação — igualmente dos hospedeiros, dos visitantes e dos espaços de acolhimento. Por isso, constitui-se num propósito basilar, ao equacionar desta problemática, a caracterização dos espaços de turismo massificado e dos espaços de turismo pessoalizado ou exclusivo.

A massificação pressupõe que determinadas áreas suportem grandes contingentes de visitantes, entre as quais se contam as praias, os aglomerados urbanos e algumas áreas de montanha, dando lugar a espaços onde domina a concentração, enquanto a exclusividade traduz a criação de condições de privacidade e intimidade, como aquelas existentes em áreas onde prevalece uma fase de «exploração extensiva», onde são dominantes formas de ocupação difusa, como o espaço rural ou de montanha, em recantos sujeitos a menor pressão.

Os espaços mais vocacionados a atrair numerosos contingentes de visitantes, onde preferencialmente dominam formas massificadas de turismo, bem como de ocupação do espaço, constituem cenários, por excelência, de grandes concentrações de turistas e de construção. Alguns dos problemas mais sensíveis destas áreas decorrem do facto de a capacidade para suportar afluxos de visitantes poder ser atingida ou ultrapassada, pressuposto justificável através de alguns indicadores especialmente significativos, a exemplo do congestionamento rodoviário, do colapso das infra-estruturas, sobretudo de adução de água ou de escoamento e de tratamento de efluentes e de lixo domésticos, das dificuldades de abastecimento em géneros alimentícios ou do congestionamento dos espaços públicos e dos equipamentos sociais, como aqueles ligados à saúde. Mas, a viabilização económica das áreas de turismo, a par dos limiares de funcionamento de certas empresas turísticas e das operações especulativas promovidas por agentes económicos que se movimentam na esfera do turismo, constituem-se em vectores de massificação, na medida em que o alargamento das clientelas constitui um elemento de base ao funcionamento e vitalidade dessas áreas.

A procura de espaços de turismo pessoalizado ou exclusivo, por outro lado, tem aumentado, em Portugal, a um ritmo significativo nos últimos anos, permitindo a fruição dos tempos de lazer em áreas, por norma, a recato das multidões. Aqui, conjugam-se vários elementos de tal forma que fará menos sentido adoptar uma visão hierarquizada da realidade, no caso vertente com um significado secundário, até porque parte dos visitantes dispensarão os locais melhor infra-estruturados e melhor dotados de

equipamentos, onde exista uma maior diversidade e um maior número de actividades, com restaurantes, discotecas ou campos de ténis². O interesse crescente que tem sido atribuído a formas de turismo que criem um mais amplo relacionamento com a matriz tradicional ou permitam aproximar os visitantes do meio natural ou, inclusivamente, pouco humanizado, em detrimento de outras ocupações mais de acordo com práticas associadas ao processo de urbanização. A fruição de um panorama, o reconhecimento da diversidade paisagística, o despertar de sensações em contacto com elementos naturais, ou o relacionamento franco e espontâneo com as múltiplas vertentes de raiz tradicional, constituem aspectos que não são passíveis de comparação face à identidade que encerram e à carga emotiva que desencadeiam em cada um dos visitantes que com eles contacta.

Assim, cada local ou cada actividade, poderá assumir um valor individual que não terá sentido relacionar segundo uma estrutura hierarquizada, antes representará um valor absoluto assumido localmente pelas populações residentes ou, sobretudo, por potenciais visitantes, estrutura horizontal que poderá atingir grande expressão, nomeadamente em áreas rurais.

Finalmente, a dispersão espacial das formas pessoalizadas de lazer encontra-se em evidente oposição à concentração que tão bem caracteriza outros espaços. Não se trata apenas da dispersão do alojamento, como também dos locais de interesse paisagístico e cultural, ou das actividades de apoio ao lazer, genericamente dos «motivos de lazer». Esta forma de turismo é, assim, de tipo difuso exercendo sobre o território uma pressão pouco intensa, característica que o destrinça dos demais tipos de turismo, conferindo-lhe uma clara individualidade.

A contraposição entre o turismo massificado e o turismo exclusivo, a que foi feita alusão, suscita algumas questões que julgamos merecem reparo.

Em primeiro lugar, refira-se aquela que se prende com os limites da utilização dos espaços de turismo. O estudo e a tentativa de traduzir a capacidade que diferentes áreas possuem para suportar afluxos de visitantes, através de valores quantificáveis que representam a *carga máxima* ou o *limiar de carga*[^] dos espaços turísticos, constitui um dos

[^] Outro tipo de visitantes poderá projectar nos espaços pessoalizados todas as características da urbanidade. Não julgamos, todavia, tratar-se de um aspecto nuclear à temática em discussão.

O conceito de limiar de carga inclui, para além das perspectivas numéricas simplistas utilizadas para caracterizar o limiar de carga — o índice de construções servindo aos lazeres ao ar-livre, a densidade do movimento e a intensidade de movimento (M. HAVRLANT — *Sur les methodes de la classification de la charge maximale des loisirs de plein air*, in «XXIII International Geographical Congress», Moscow, Additional Volume, 1976) ou o índice número de camas/km² (Jean-Pierre LOZATO-GIOTART — *Méditerranée et tourisme*, Paris, Masson, 1989, p. 101) —, outras que apontam para a capacidade de uma região integrar as actividades turísticas ou absorver os turistas, o que poderá adquirir

trabalhos tipo do ordenamento do território, igualmente representativo noutros domínios. Duma maneira geral, o limiar de carga traduz, através de variáveis quantitativas, a expressão de alguns elementos de referência para uma determinada área, mas, mesmo que um conjunto de indicadores possa ser representado estatisticamente, tanto a apreciação global, como a definição de um limiar de carga, estarão de qualquer forma dependentes do facto de, tanto os hospedeiros como os hospedados, poderem aceitar ou recusar, individualmente, as características próprias das áreas de turismo. As diferentes capacidades de absorção dos impactes provocados pelo turismo sobre as comunidades locais e sobre o território, constituem um outro elemento que acentua o carácter excepcional e individual dos espaços perante esta questão. Por outro lado, torna-se particularmente evidente que tanto em espaços de massificação como exclusivos, os limiares de carga são facilmente ultrapassados, mas torna-se também claro que os espaços de turismo massificado serão sobretudo interessantes quando «apinhados» de gente, ou seja, quando os limiares de carga são ultrapassados. Daqui decorre que afinal é a própria massificação que constitui a atracção e que dificilmente estas áreas terão interesse suficiente sem que os limiares de carga sejam ultrapassados.

Em segundo lugar, os acontecimentos tem-se encarregado de pôr em destaque que a «qualidade» do turismo português integra um conjunto diversificado de qualidades, relacionáveis com diferentes preços e clientela. Insistentemente, os agentes públicos e privados que tutelam o turismo, empregam a expressão «turismo de qualidade» para classificar aquele que é dirigido prioritariamente a visitantes com capacidade económica mais elevada e que tem dispêndios diários maiores. Parece óbvio que qualquer preço deverá pagar uma «qualidade» correlativa, relação imprescindível para uma cabal satisfação dos visitantes, sob pena de se percorrer um ciclo de depreciação do turismo, tanto mais que a qualidade não está apenas nos factores de natureza intrinsecamente turística — actividades, empresas ou profissionais — mas também, e sobretudo, na qualidade em sentido amplo das características das áreas que servem de suporte à actividade turística e na capacidade de proporcionarem satisfação aos visitantes, independentemente do grau de proximidade à realidade.

Em terceiro lugar, regista-se uma das grandes contradições no perspectivizar da discussão sobre lazer e turismo: numa altura em que se pretende que o turismo constitua um dos vectores de desenvolvimento, nomeadamente das áreas mais periféricas, os aspectos mais atractivos

igualmente uma expressão numérica — «*tourist carrying capacity*» — (Emanuel de KADT — *Tourisme - Passeport pour le développement?*, Washington, Unesco, 1979; Allan M. WILLIAMS e Gareth SHAW (editores) — *Tourism and economic development*, London, Belhaven Press, 1988) ou a oposição entre *agressão* e *simbiose* — «Les équipements d'accueil, au sens large du terme, nous permettent de mesurer l'aptitude d'un espace à assurer ses fonctions touristiques pour un nombre déterminé de personnes en un moment donné...» (Gabriel WACKERMANN — *Le tourisme international*, Paris, Armand Colin, 1988, p. 165).

para os visitantes, são precisamente aqueles que resultam da permanência das características tradicionais em áreas especialmente sensíveis onde as alterações introduzidas poderão provocar efeitos perversos e irreversíveis. A sobrevivência dessas bolsas de raiz «tradicional», constituirá porventura uma das razões preferenciais de atracção das áreas de interior. Daqui resulta um nova questão, a de saber se será possível consolidar o interesse turístico pela área em torno dos elementos tradicionais sem pôr em risco o seu equilíbrio ou se, pura e simplesmente, se desiste de preservar, criando algo de novo que será comercializado como tradicional. O desafio maior estará em tentar desenvolver algumas áreas periféricas a partir dos factores tradicionais, sem que tal facto afecte as potencialidades e o interesse que essas áreas de acolhimento detém.

Um último aspecto merece realce: trata-se do facto de, a partir do momento em que áreas de ocupação difusa se tornem em destino turístico alternativo, possam elas próprias constituírem-se em áreas de massificação, com a panóplia de questões daí decorrentes. O crescimento, em número e em dimensão, das empresas que se implantam em áreas de turismo pessoalizado, ao potenciar a procura de mais amplos limiares de funcionamento, tem como consequência acentuar-se a tendência para sobrevirem fenómenos de massificação e de betonização, semelhantes nas suas linhas mais visíveis, aqueles que marcaram de forma indelével o litoral, ameaçando projectar a onda de construções para o interior centrada em torno de equipamentos mais ou menos «pesados». Perante este cenário, ou é definido com rigor a vocação das diferentes áreas e o limite da urbanização / betonização, equacionando a questão do espaço como um recurso finito ao abrigo de interesses meramente especulativos, ou o ciclo do espaços de turismo pessoalizado em pouco tempo poderá ficar circunscrito a algumas bolsas de paisagem.

O quinquénio que nos separa do final do século XX dificilmente permitirá assegurar uma clarificação paradigmática nas ciências sociais e humanas, em geral, e na Geografia, em particular. Assim, deverão continuar a constituir peças importantes de trabalho dos geógrafos os estudos orientados para questões especializadas, embora de alcance global, como o turismo. Neste domínio, o humanismo, poderá continuar a fornecer, senão um enquadramento paradigmático, pelo menos um referencial de abordagem das temáticas, numa mescla de paisagismo utópico e de racionalismo cibernético, onde o humanismo se encarregará de fazer emergir um conjunto de princípios éticos.

As atitudes que resultarem de tal postura, deverão contribuir para clarificar se as actuais preocupações com as vertentes tradicionais de raiz cultural, afinal assentavam numa evolução da sociedade de consumo ou resultavam de uma reacção aos desmandos por ela cometidos. Tratando-se duma evolução, estará sobretudo em causa o processo de comercialização e

venda dos novos «produtos» do turismo, enquanto a reacção potenciará a conservação, a revitalização e a requalificação dos espaços, enquadradas segundo perspectivas tradicionais, ou seja, as acções serão enformadas por um conjunto de referências que poderão não ser dotadas de sentido comercial.

Daqui decorre o facto de o humanismo, que contribui para consubstanciar grandes ideais, poder constituir-se como elemento de resistência ao hipotecar dos princípios perante os interesses instalados, aqueles que tentam justificar a qualquer custo a recente «descoberta» das potencialidades turísticas das áreas periféricas, ao que acresce o resistir à massificação torpe, mutilante e descaracterizadora, como também o resistir ao *fast-food* e ao comer em pé, o resistir à consciência mediática e ao *zapping*, o resistir à acomodação e ao simplismo mistificador.

Resumo

O crescimento e a importância actual do turismo tem provocado um enorme interesse por parte de investigadores de diferentes ramos científicos. Entre os geógrafos, a orientação temática verificada resulta também das mudanças que tiveram lugar no seio da Geografia, que criaram condições para que o turismo pudesse constituir um dos cenários enquadratórios da discussão de natureza paradigmática em curso.

O turismo, como tema de investigação, por outro lado, permanece dividido entre o papel desempenhado na criação de riqueza, como primeiro objectivo, enquanto componente do consumo na sociedade de final de milénio, e o papel desempenhado na promoção e consolidação dos valores patrimoniais, a exemplo da tradição cultural, papéis esses que amiúde se encontram em conflito. Nesta perspectiva de abordagem da temática, enquadra-se o tratamento das formas de turismo de massas e turismo exclusivo.

Resume

La croissance et l'importance actuelle du tourisme ont provoqué un énorme intérêt des chercheurs de différents domaines scientifiques. Parmi les géographes, cette orientation thématique découle des changements qui ont touché la Géographie. D'où la création de conditions qui ont permis que le tourisme devienne l'un des scénarios d'encadrement de la discussion paradigmatique en cours.

D'autre part, le tourisme, comme thème de recherche, est partagé entre deux rôles: le rôle qu'il joue d'abord en tant que promoteur de richesse, comme composante de la consommation dans les sociétés de la fin du millénaire; le rôle qu'il joue aussi dans la promotion et la consolidation des valeurs patrimoniales, par exemple les traditions culturelles. Ces deux rôles se retrouvent fréquemment en situation de conflit. Dans cette perspective de débat thématique, on aborde le traitement des formes du tourisme de masse et du tourisme exclusif.